



DECRETO N.º 032/2025.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (PMPIR), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRAIRI, CARLOS GUSTAVO MONTEIRO MOREIRA no uso suas atribuições legais que lhe são conferidas pela da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 67, incisos IV e VIII da Lei Orgânica do Município de Trairi;

CONSIDERANDO a necessidade da instituição de Políticas Municipais da Promoção da Igualdade Racial no Município de Trairi – CE;

CONSIDERANDO que essas políticas visam à redução das desigualdades étnico-raciais, dando um olhar às populações indígenas e negras garantido a não discriminação de qualquer natureza no acesso a bens e serviços públicos e privados;

CONSIDERANDO, por fim, que a instituição dessa política visa acolher tanto os munícipes de Trairi como aqueles que escolheram Trairi como morada, e se enquadram no objeto da instituição dessas políticas sociais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a **Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial** (PMPIR), contendo as diretrizes, os princípios e as propostas de ação governamental para a Promoção da Igualdade Racial no Município.

Art. 2º - A **PMPIR** tem como objetivo geral a redução das desigualdades étnico-raciais no Município de Trairi - CE, com ênfase na população negra e nos povos indígenas, mediante a realização de ações exequíveis a curto, médio e longo prazo, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritárias.

Art. 3º - São objetivos específicos da **PMPIR**, observados os princípios da dignidade humana, da igualdade, da transversalidade, da territorialidade, da descentralização e da gestão democrática:

Mar





 I – garantir o respeito à dignidade de todo ser humano, a autonomia e a convivência comunitária;

 II – garantir a não discriminação de qualquer natureza no acesso a bens e serviços públicos e privados;

III – afirmar o caráter pluriétnico da sociedade trairiense;

 IV – reconhecer os diferentes grupos étnicos, com ênfase na população negra e nos povos indígenas, como elementos integrantes da nacionalidade e do processo civilizatório do país;

V – reconhecer e garantir o respeito às religiões de matriz africana e indígenas, em consonância com o princípio constitucional da liberdade religiosa;

VI – contribuir para a implantação, no currículo escolar, da Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e seus desdobramentos;

VII – implantar ações que assegurem, de forma eficiente e eficaz, o combate à discriminação, ao preconceito racial e ao racismo em ambientes de trabalho, entre outros, respeitando-se a liberdade de crença no exercício dos direitos culturais ou de qualquer direito ou garantia fundamental;

VIII – enfrentar as desigualdades raciais e promover a igualdade como premissa e pressuposto a ser considerado no conjunto das políticas do governo;

IX – planejar, organizar, avaliar e executar as atividades, as ações e os programas de políticas públicas de promoção da igualdade racial, os quais terão caráter intersetorial, de modo a garantir a unidade da ação política dos vários órgãos municipais;

X – contribuir para que as instituições privadas e os movimentos sociais assumam papel ativo como protagonistas na formulação, na implantação e no monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial.

Art. 4° - A PMPIR terá as seguintes diretrizes:

(he

I – fortalecimento institucional, por meio do aperfeiçoamento dos marcos legais sustentadores
das políticas de promoção da igualdade racial, da consolidação de uma cultura de





planejamento, monitoramento e avaliação das ações e da adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento, informações, subsídios e condições técnicas, operacionais e financeiras para o desenvolvimento dos programas;

II – incorporação da questão racial no âmbito da ação governamental, por meio da integração entre o Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Cultura, e os demais órgãos municipais, visando a garantir a transversalidade da política de promoção da igualdade racial em todas as áreas governamentais;

III – consolidação de formas democráticas de gestão da **PMPIR** e de informação à população do município acerca das consequências derivadas das desigualdades raciais, por intermédio da mídia, da promoção de campanhas de enfrentamento à discriminação, difundindo-se os resultados de experiências exitosas no campo da promoção da igualdade racial;

IV – estímulo à criação e à ampliação de fóruns e de redes que participem da implantação da PMPIR e também de sua avaliação em todos os níveis; e

V – melhoria na qualidade de vida do povo negro, por meio de políticas específicas e da ampliação de ações afirmativas para a inclusão social, com o objetivo de estimular as oportunidades dos grupos historicamente discriminados.

Art. 5º - As ações que compreendem a PMPIR são:

 I – divulgação da PMPIR se dará através de ações que fortaleçam a autoestima estimulando o desenvolvimento social do povo negro;

 II – capacitação dos servidores públicos municipais para o reconhecimento da diversidade étnica e para a valorização das diferenças;

 III – realização do censo dos servidores públicos municipais para a produção de diagnóstico sócio funcional que leve em conta o quesito raça, cor ou etnia;

IV – implantação da Política Municipal de Atenção à Saúde do Povo Negro e do Povo Indígena, em consonância com a política nacional, de forma a coibir tratamento desigual aos diferentes grupos étnico-raciais, garantido a equidade nas políticas de atendimento à saúde;

V - criação do Centro de Referência do Negro de Indígena (CRNI);







VI – incorporação da **PMPIR**, nos programas sociais e urbanos do Município, respeitando a sua implantação descentralizada nas Secretarias, com a finalidade de reduzir a segregação social e urbana do povo negro e do povo indígena;

VII – introdução do quesito raça, cor ou etnia em todos os formulários que alimentam as bases de dados do governo municipal, de forma a permitir a produção de relatórios e diagnósticos sobre desigualdades raciais;

VIII – apoio às Comunidades Remanescentes de Quilombos e das Tribos Indígenas, principalmente por meio da implantação de projetos de sustentabilidade que sejam desenvolvidos em parceria com outros entes federativos ou com a iniciativa privada:

IX – capacitação dos professores da Rede Municipal de Ensino para atuarem na promoção da igualdade étnico-racial;

X – produção de material didático que sirva de auxílio para os professores na implantação da
Lei Federal nº 10.639, de 2003;

XI – elaboração do mapa da cidadania do povo índio e negro no Município;

XII – promoção da inserção do povo índio e negro no mercado de trabalho e enfrentamento das práticas discriminatórias neste âmbito;

XIII – promover a política de juventude indígena e negra articulando-a através dos organismos competentes e, em parceria com os movimentos sociais, respeitando as peculiaridades de cada região do Município;

XIV – desenvolver ações que zelem pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos espaços de poder na esfera pública, privada e na sociedade como um todo, valorizando desta forma a questão de gênero; e

XV – promover parcerias com a iniciativa privada para que priorizem em suas campanhas o recorte étnico racial de um modo autêntico, mostrando os negros e negras como consumidores potenciais de todo e qualquer produto.

(m

Art. 6º - A coordenação das ações e a articulação institucional necessária à implantação da **PMPIR** será exercida pela Secretaria de Cultura do Município de Trairi.





Parágrafo único. Os órgãos da Administração Pública Municipal prestarão apoio à implantação da **PMPIR**.

Art. 7º - As despesas decorrentes da implantação da **PMPIR** correrão por conta de dotações orçamentárias dos respectivos órgãos participantes.

Art. 8º - As ações, os serviços, os projetos e os programas relativos às políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial poderão ser operados diretamente pelos órgãos municipais ou mediante parceria com a rede de entidades e organizações não governamentais que tenham esta finalidade. **Parágrafo único**. Os convênios firmados entre as associações civis sem fins lucrativos e o Executivo Municipal visam à complementaridade na prestação dos serviços públicos voltados para a **PMPIR**.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI, ESTADO DO CEARÁ, aos 29 do mês de

setembro do ano de 2025.

CARLOS GUSTAVO MONTEIRO MOREIRA

PREFEITO DE TRAIRI